

Aprovado convênio entre a Abrapp e o Ministério da Previdência Social

por Teresa Cristina de Paula
de Belo Horizonte

Os membros da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp) aprovaram na noite de quarta-feira, em assembleia geral realizada durante o X Congresso do setor que está acontecendo em Belo Horizonte, um convênio de operação com o Ministério da Previdência Social. "Este ano serão destinados 30 mil Bonus do Tesouro Nacional (BTN) para suprir as deficiências da área técnica da Secretaria da Previdência Complementar com recursos humanos capacitados para fiscalizar amplamente o setor" ressaltou Paulo Mente, presidente da Abrapp.

O convênio deverá ser assinado hoje, uma vez que está previsto o comparecimento do ministro da Previdência Social aos trabalhos do Congresso, que se encerra hoje. José Cesário Menezes de Barros, secretário da Previdência Complementar, que compareceu ao congresso ontem, esclareceu que serão feitas auditorias em diversas fundações. "Pretendemos fazer não apenas uma auditoria contábil, mas alguma coisa mais ampla, para verificar como, onde e de que forma os recursos dos beneficiários estão sendo utilizados", sustentou o secretário.

O secretário adiantou também que modificações

na legislação serão amplamente estudadas e para isso já solicitou o auxílio de técnicos da Abrapp. "É possível que se concorde com a eliminação dos limites mínimos de ampliações como são hoje efetuados, mantendo apenas os limites máximos. Esses limites máximos deverão, inclusive, ser modificados. Os limites para aplicação em ações poderão ser ampliados de 25% para 40%, por exemplo, enquanto para imóveis de 20% para 25%. Mas as modificações só deverão ser efetivadas com a gestão do próximo governo", concluiu o secretário.

O secretário disse ainda que pretende mudar o artigo da lei específica das fundações que impede a criação de uma carteira de previdência fechada com no mínimo 100 funcionários. Menezes de Barros entende que se poderia perfeitamente criar uma fundação com um mínimo de 50 participantes sem que isso fosse oneroso para os administradores. "Temos no Brasil 7,5 mil empresas com mais de 500 funcionários cada e essa medida seria uma ótima oportunidade para abranger um número maior de entidades e fazer crescer o setor", alinhavou. O secretário quer também dar a opção aos funcionários de qualquer empresa que recebem de 10 a 20 salários mínimos de entrar em fundações fechadas (já constituídas) para ser seus beneficiários.